

EFEITOS DO PROGRAMA MULHERES MIL: META ANÁLISE NO PERÍODO DE 2011/2017

EFFECTS OF THE THOUSAND WOMEN PROGRAM: META-ANALYSIS IN THE PERIOD 2011/2017

Elisabete CORCETTI*

Resumo: O artigo visa contextualizar o Programa Mulheres Mil e analisar a produção científica relativa ao programa, sob a ótica de seus efeitos em populações desfavorecidas. A partir de uma listagem inicial de dissertações e teses relacionadas ao tema no Catálogo de Teses da Capes, foram selecionados 43 trabalhos, defendidos entre 2011 e 2017. Para tal fim, este trabalho foi organizado em quatro seções. Após a introdução, no referencial teórico, abordam-se a avaliação de políticas públicas e o Programa Mulheres Mil. Em seguida, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa e, na quarta seção, apresentam-se as conclusões. Os resultados da análise demonstram que, ao utilizar a metodologia de acesso, permanência e êxito, o programa produz efeitos não esperados, como a promoção e a manutenção da divisão do trabalho com base no gênero e as dificuldades de ingresso ou reinserção das mulheres egressas no mercado de trabalho formal. Acredita-se que os resultados encontrados possam contribuir para o redirecionamento do programa e também para o maior rigor na escolha e descrição da metodologia de análise dos trabalhos científicos, pois 23% das dissertações e teses não esclareceram o tipo de análise de dados utilizada.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Gênero. Trabalho. Educação de Adultos.

Abstract: The article aims to contextualize the Thousand Women Program and analyze the scientific production on the program from the perspective of its effects on disadvantaged populations. From an initial listing of dissertations and theses related to the theme in the Capes Thesis Catalog, 43 papers were selected, defended between 2011 and 2017. To this end, this work was organized into four sections. After the introduction, in the theoretical framework, the evaluation of public policies and the Thousand Women Program are addressed. Then, the results of the research are presented and discussed, and, in the fourth section, the conclusions are presented. The results of the analysis demonstrate that, in using the methodology of access, permanence and success, the program produces unexpected effects, such as the promotion and maintenance of the division of labor based on gender and the difficulties of entering or reentering women in the market formal work. It is believed that the results found may contribute to a redirection of the program and also to a greater rigor in the choice and description of the methodology of analysis of the scientific works, since 23% of dissertations and theses did not clarify the type of data analysis used.

Keywords: Public Policies. Gender. Labor. Adult Education.

Submetido em 26/09/2019.

Aceito em 17/06/2020.

* Graduação em Administração pela FACECA. Mestrado em Administração pela UFES. Doutorado pela UFV. Professora do Instituto Federal de Educação do Espírito Santo. Endereço: Rua Monsenhor Paulo, 41, Varginha (MG), CEP 37044-630. E-mail: <tutortcc.elisabete@gmail.com>.

Introdução

A partir de 1980, o reconhecimento da importância da luta feminista proporcionou, no Brasil, a criação de órgãos públicos, programas governamentais e iniciativas voltadas para as mulheres (BARSTED, 1994). Assim, sob o impacto dos movimentos feministas foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero no País, fortalecendo a tendência de formulação de propostas de políticas públicas com foco na luta pela superação da desigualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira (FARAH, 2004).

Essas políticas públicas se intensificaram pela criação, em 2003, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), como também pela materialização dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM 2004, 2008, 2013).

Entretanto, Abramo (2007) e Carpenedo (2011) analisaram a produção de subjetividades nas políticas públicas para as mulheres, no campo do trabalho, e concluíram que essas políticas muitas vezes promovem a entrada das mulheres em mercados marginalizados, marcados pela informalidade e ausentes de vínculos e de cobertura dos sistemas de seguridade social, o que mantém e reforça o lugar complementar e secundário do trabalho feminino no Brasil.

Portanto, levando em consideração o cenário contraditório das políticas públicas para as mulheres, indaga-se: Qual é a realidade produzida pelas ações do Programa Mulheres Mil? Com o objetivo de atender a essa questão, o artigo visa analisar o Programa Mulheres Mil sob a ótica de sua trajetória e de seus efeitos em populações desfavorecidas, a partir da produção acadêmica sobre o programa.

Neste estudo, de cunho descritivo, realizou-se uma metanálise no período de 2011 a 2017, tendo sido identificadas 39 dissertações e 4 teses no Catálogo de Teses da Capes que tratavam do tema “Programa Mulheres Mil” como questão principal ou secundária. O critério para a seleção das dissertações e teses foi a palavra “Programa Mulheres Mil”, na opção de busca do banco mencionado. Foram analisados todos os resumos dos trabalhos encontrados, e quando eles não forneceram todas as informações, os trabalhos foram baixados e a introdução, o método de pesquisa e as conclusões foram analisadas.

Posteriormente, todos os resultados encontrados foram caracterizados em tabelas, considerando: a distribuição das dissertações e teses; o tipo de trabalho; o número de dissertações e teses publicadas por ano; o estado de origem das pesquisas; as técnicas de coleta de dados utilizadas; e a análise de dados aplicada pelas dissertações e teses.

Por fim, os resultados encontrados sobre o programa foram sintetizados, sendo elaborado um panorama sobre os efeitos positivos, os efeitos não esperados e as limitações da política.

Para tanto, este trabalho foi organizado em quatro seções. Após a introdução, no referencial teórico, abordam-se a avaliação de políticas públicas e o Programa Mulheres Mil. Em seguida, são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa e, na quarta seção, apresentam-se as conclusões.

1. A avaliação de políticas públicas

A avaliação de políticas públicas é apresentada muitas vezes como a última etapa do ciclo das políticas e considerada como atividade destinada a averiguar os resultados de um curso de ações cujo ciclo de vida se finaliza, a fornecer elementos para a arquitetura de novas intervenções ou para o aprimoramento de políticas e programas em curso, e ainda, como parte da prestação de contas e da responsabilização dos agentes públicos, ou seja, como elemento central da *accountability* (FARIA, 2005).

Worthen, Sanders e Fitzpatrick (1997) utilizam o conceito de avaliação proposto por Scriven (1967), que definiu a avaliação como julgamento de valor ou mérito de alguma coisa. Para os autores, ela é a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios sustentáveis para determinar o valor de um objeto de avaliação (valor ou mérito), a qualidade, a utilidade, a eficácia ou o significado em relação a esses critérios.

A avaliação de políticas e programas públicos teve seu auge nos Estados Unidos na década de 1960 e era vista principalmente como ferramenta de planejamento destinada aos formuladores de políticas e agentes de alto escalão (perspectiva *top-down*). Entre as décadas de 1960 e 1990, a função predominante da avaliação passou da informação para a realocação racional dos recursos, enfatizando os resultados e a desresponsabilização, a devolução e a privatização da provisão de bens e serviços sociais. Segundo Faria (2005), foi na década de 1990 que a avaliação foi institucionalizada na América Latina, acentuadamente com um viés normativo.

Uma maior atenção tem sido dada a uma metodologia de estruturação de políticas públicas conhecida como metodologia do marco lógico. Essa metodologia parte da concepção de políticas públicas como processos articulados e designam os recursos que configuram a política pública, seus programas e projetos, e articulam as etapas de um mesmo programa, desde o diagnóstico da população-alvo até a definição de critérios para intervenção. A ferramenta de base se estrutura em forma de uma matriz de organização com os objetivos, indicadores, meios de aferição e fatores externos a influenciar os resultados do programa, especificação dos objetivos geral e específicos, componentes e atividades (CARVALHO, 2003).

O interesse dos governos brasileiros pela avaliação está relacionado às questões de efetividade (alcance de metas, aferição dos resultados esperados e não esperados dos programas), à eficácia (à maior produção e a maior eficácia), à eficiência (a um menor custo de produção e a maior eficiência) e também ao desempenho e à *accountability* da gestão pública. Em nível acadêmico, estudos nessa área vêm apontando maior crescimento, porém focados muito mais nos processos de formulação de agenda e formulação das políticas, do que na implementação, monitoramento e avaliação (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Mas por que avaliar? Para Worthen, Sanders e Fitzpatrick (1997), o objetivo da avaliação é estabelecer julgamentos sobre o valor de tudo que está sendo avaliado. Para eles, o principal propósito é determinar o mérito ou valor de alguma coisa (na avaliação do programa, do programa ou parte dele).

Já Weiss (1998) distingue pelo menos quatro tipos de uso da avaliação: o uso instrumental, conceitual, como instrumento de persuasão e para esclarecimento. Segunda a mesma autora, no início a tendência da avaliação era envolver apenas gerentes e encarregados de mais alto escalão, técnicos e profissionais do programa na definição do estudo de avaliação, porém nos últimos anos, é cada vez mais frequentes relatos de avaliações participativas e de empoderamento dos beneficiários. A avaliação começou a levar em consideração, de maneira mais sistemática, às necessidades e as expectativas dos beneficiários dos programas.

Segundo Oliveira e Passador (2019), na América Latina, há um crescimento por ações avaliativas para o fortalecimento e melhorias das políticas públicas implementadas na região, observando-se a adoção de modelos avaliativos mistos (quantitativos e qualitativos) com o objetivo de tornar a avaliação de políticas públicas mais próxima de sua realidade.

2. O Programa Mulheres Mil

As desigualdades de gênero constituem um problema social no Brasil. Segundo o IPEA (2015), se no campo educacional as mulheres estão, em geral, em melhor posição que os homens, essa vantagem não se reflete no mercado de trabalho, em que a maior parte dos indicadores, entre 1995 e 2015, demonstra uma hierarquia estanque, na qual o topo é ocupado pelos homens brancos e a base pelas mulheres negras.

Os indicadores também evidenciam que quase metade das brasileiras em idade ativa está fora do mercado de trabalho. Diante disso, o viés de gênero é bastante evidente, fazendo com que, entre as mulheres, seja muito maior a proporção de pessoas sem renda, o que está diretamente relacionado à menor participação feminina no mercado de trabalho (IPEA, 2015).

De acordo com Segnini (2000), a precariedade no trabalho é um processo social que atinge atualmente homens e mulheres no mercado laboral, porém as mulheres já estavam em maior número nas ocupações precárias e ainda presenciam taxas maiores de informalidade e precariedade, apesar dos indicadores de escolaridades mais elevados.

Por sua vez, a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico não remunerado também continua sendo o padrão predominante na sociedade brasileira, ou seja, 91% das mulheres declararam realizar atividades domésticas; no caso dos homens, em 2015, 53% realizavam afazeres domésticos. Entre aquelas com renda de até um salário mínimo, 94% dedicavam-se aos afazeres domésticos, sobrepondo a 79,5% de mulheres com renda superior a oito salários mínimos (IPEA, 2015).

Logo, as entidades governamentais, partindo do pressuposto que as políticas públicas são um importante instrumento para enfrentar as desigualdades sociais, desenvolveram o Programa Mulheres Mil (PMM), que foi implementado, em 2007, nas Regiões Norte e Nordeste, como esforço do governo fomentar a inclusão social e a equidade de gênero, na tentativa de superar as dificuldades relacionadas à renda, à baixa escolaridade e à tripla jornada de trabalho de mulheres em risco de vulnerabilidade social (BRASIL, 2011).

O programa foi decorrente da cooperação internacional Brasil-Canadá – Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para a Promoção da Equidade (PIPE), sendo concebido e estruturado a partir dos conhecimentos desenvolvidos pelos *Community Colleges* canadenses, em suas experiências de promoção da equidade e de atendimento às populações desfavorecidas (BRASIL, 2011).

O programa propõe que mulheres moradoras de comunidades integrantes dos territórios da cidadania e/ou comunidades com baixo índice de desenvolvimento urbano tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, estruturando-se em torno do sistema de acesso, permanência e êxito, que se baseia na metodologia de avaliação e reconhecimento de aprendizagem prévia (ARAP), desenvolvida no Canadá (BRASIL, 2011).

A metodologia de acesso, permanência e êxito, no Brasil, tem como objetivo permitir, às instituições envolvidas, o maior conhecimento e integração às populações e comunidades historicamente não atendidas pelas políticas públicas, com a expectativa de promover a igualdade de gênero e os desenvolvimentos social e econômico sustentáveis (BRASIL, 2014).

Os serviços de acesso incluíam as ações de busca das alunas, a composição da infraestrutura, o ingresso e o acolhimento. Para viabilizar o acesso das mulheres no programa, um escritório deveria ser estruturado, e uma equipe multidisciplinar deveria ser montada e capacitada para o programa, sendo formada por assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, docentes, assistentes administrativos, pedagogos, educadores e gestores (BRASIL, 2011).

Os Institutos Federais deveriam estruturar a proposta curricular do programa a partir da análise e do aproveitamento dos conhecimentos prévios que essas mulheres trazem de suas vidas. Essa metodologia é chamada de avaliação e reconhecimento de aprendizados prévios, sendo todas as aprendizagens formais, não formais e informais consideradas. A aplicação da identificação dos saberes deveria ser um alicerce para desenvolver o mapeamento dos conhecimentos preliminares das mulheres, bem como para identificar os objetivos acadêmicos, o desenho dos itinerários formativos e a qualificação para geração de emprego e renda (BRASIL, 2011).

Algumas ferramentas deveriam ser utilizadas para identificação do conhecimento prévio, como o questionário socioeconômico, que traz as seguintes informações: escolaridade, renda, idade, estado civil, número de filhos, condição empregatícia anterior à entrada no curso e acesso à informática, ao programa Bolsa Família ou a outros benefícios (BRASIL, 2011).

A entrevista deveria ter como objetivo colher informações adicionais sobre essa mulher. Outra ferramenta utilizada era o mapa da vida, com o objetivo de criar a oportunidade e o ambiente para a troca de experiências de vida das mulheres, para que elas possam ser compartilhadas e registradas, validadas e valorizadas. Por sua vez, o portfólio é um documento que congrega informações e descreve os conhecimentos, as habilidades e as competências, incluindo a documentação formal e informal. Ele pode ser desenvolvido para avaliar e certificar os aprendizados prévios e poderia ser utilizado como créditos a um

curso, programa e trabalho, inclusive para ser apresentado a um empregador em potencial. Todos esses documentos podem formar o memorial descritivo dessas mulheres (BRASIL, 2011).

O programa foi estruturado a partir de um módulo educacional central, com a possibilidade de abarcar cursos e projetos integrados que abrangem português, matemática aplicada, informática e informática aplicada, inglês e espanhol, artes, esportes, qualidade de vida, saúde, meio ambiente, cidadania e direitos das mulheres, empreendedorismo, cooperativismo, economia solidária, gestão sustentável das unidades de produção e de comercialização, comportamento sustentável e relações humanas. Além de cursos de qualificação, o programa ainda pode oferecer cursos de alfabetização, de ensino fundamental, de ensino médio e de ensino profissionalizante, de acordo com as lacunas de conhecimentos demonstradas pelas mulheres integrantes do programa. Esses cursos podem ser realizados em parcerias com outras instituições (BRASIL, 2011).

Para Brasil (2011), após o início do programa, este deve ser acompanhado por meio do módulo de permanência e êxito. Os objetivos desse módulo são facilitar a permanência das mulheres, minimizando as possibilidades de baixo rendimento e desistências, promover o aconselhamento das educandas por meio de serviços de assistência e apoio, bem como viabilizar e firmar parcerias com as instituições públicas e privadas para possibilitar a inserção das egressas no mundo do trabalho. Esse apoio deve ser estruturado em torno de serviços de psicologia e assistência social, assistência médico-odontológica, transporte e alimentação, acesso à creche, material didático, uniforme e assistência estudantil.

A partir de 2011, o PMM foi reconhecido como política pública afirmativa de inclusão social e equidade. Ele buscava articular a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas sociais em comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, tendo como principais diretrizes: possibilitar o acesso à educação, contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas de mulheres, promover a inclusão social, defender a igualdade de gênero e combater a violência contra a mulher (BRASIL, 2011).

Conforme Brasil (2011), o público-alvo, na fase nacional do programa, era a população feminina acima de 18 anos, que buscava oportunidades de acesso às ações educacionais, à inclusão e à permanência no mercado de trabalho, tendo como cerne a identificação, o reconhecimento e a valorização da diversidade e dos saberes acumulados em cada uma de suas etapas de vida.

Nessa fase do programa, a rede de atores reestruturou-se, com a saída dos parceiros canadenses e a entrada de novos atores públicos e privados brasileiros. O programa tinha como meta atender, entre 2011 e 2014, a 100 mil mulheres. Para atingi-la, possibilitou-se, nessa segunda fase, a participação de novas instituições ofertantes, como instituições públicas do sistema de ensino federal, estadual e municipal e entidades privadas nacionais de serviço social e de aprendizagem e formação profissional, vinculadas ao sistema sindical (Sistema S) e a entidades privadas sem fins lucrativos, sendo as últimas de comprovada experiência em educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2011).

Entre 2011 e 2013, cada núcleo do programa, responsável pela formação profissional de 100 mulheres, recebeu R\$ 100.000,00 para iniciar as atividades, sendo R\$ 70.000,00 destinados para o auxílio

financeiro às mulheres atendidas, R\$ 8.000,00 para a compra de uniformes, R\$ 10.000,00 para os materiais dos cursos e R\$ 12.000,00 para a estruturação do acolhimento às beneficiárias e a coordenação das atividades (BRASIL, 2012). O programa, nesse período, formou 38.480 mulheres (BRASIL, 2017).

A partir de agosto de 2013, atendendo às solicitações dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) passou a integrar o Programa Nacional Mulheres Mil. Na fase do Pronatec, o programa foi viabilizado por meio de bolsas para a formação de trabalhadores e priorizou os cursos de formação inicial e continuada (FIC), conforme Brasil (2013).

A assistência estudantil para cada mulher participante do programa variou entre R\$ 70,00 e R\$ 150,00 mensais, devendo ser ressaltado que a condicionalidade para o seu recebimento era a frequência mínima no programa. Nesse período, uma bolsa de formação foi instituída para os docentes (BRASIL, 2013).

O objetivo dessa terceira fase foi ampliar a oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa Família. O público-alvo deveria ser constituído por mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico, com as seguintes características: em vulnerabilidade e risco social; vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; com escolaridade baixa ou defasada; e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM (BRASIL, 2014).

A articulação entre a rede socioassistencial (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, etc.), os Institutos Federais e as Escolas Técnicas vinculadas às universidades federais deveria ser priorizada nas ações de busca ativa, na identificação do público-alvo, na mobilização, na sensibilização, no encaminhamento e no acompanhamento da trajetória das participante, bem como nas etapas de estruturação dos cursos e serviços de apoio (BRASIL, 2014).

Em âmbito municipal, a pactuação das ofertas de vagas e cursos deveria ser realizada com as instituições ofertantes, seguindo a metodologia de acesso, permanência e êxito (BRASIL, 2014).

Entre 2008 e 2016, o PMM atendeu 100.718 mulheres em risco de vulnerabilidade social (BRASIL, 2017). Nota-se que na segunda e na terceira fases as opções de mudança para o programa foram incrementais¹, pois os procedimentos de operações-padrão da política implementados nacionalmente promoveram a continuação de práticas estabelecidas na primeira fase, com pequenas variações nos componentes dos instrumentos em nível regional e municipal

¹ O modelo incremental de tomada de decisão, que defende que os tomadores de decisão no desenvolvimento de políticas fazem uso de poucas alternativas políticas, difere apenas marginalmente em relação ao *status quo* de decisões anteriores (LINDBLOM, 1959).

3. Análise dos resultados

Ao todo, o método utilizado permitiu identificar 43 trabalhos, sendo 39 dissertações e quatro teses de doutorado. Como ilustrado na Tabela 1, 91% dos trabalhos são dissertações e 9% são teses.

Tabela 1 – Distribuição das dissertações e teses segundo o tipo de trabalho

Variável	n	%
Tipo de trabalho		
Dissertação	39	91
Tese	4	9
Total	43	100

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Observa-se, na Tabela 2, que 86% das dissertações e teses foram defendidas a partir de 2015. Esse grande crescimento das pesquisas relacionadas ao PMM pode ter sido motivado pela sua aderência ao Pronatec, a partir de 2013, que atendeu 61.890 mulheres entre 2014 e 2016, conforme dados da SETEC (BRASIL, 2017).

Tabela 2 – Distribuição das dissertações e teses segundo o número de trabalhos por ano

Variável	n	%
Número de trabalhos por ano		
2011	1	2
2012	0	0
2013	2	5
2014	3	7
2015	19	44
2016	9	21
2017	9	21
Total	43	100

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Os estados que tiveram mais pesquisas sobre o PMM foram Maranhão, Goiás e Santa Catarina. No entanto, o programa foi objeto de pesquisa na maioria dos estados brasileiros (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição das dissertações e teses segundo a Unidade da Federação e Região

Variável	n	%
Estados		
Norte		
Amapá	1	2
Nordeste		
Bahia	3	7
Ceará	2	5
Maranhão	5	12
Paraíba	2	5
Pernambuco	1	2
Rio Grande do Norte	2	5
Sergipe	1	2
Centro-Oeste		
Distrito Federal	3	7
Goiás	5	12
Mato Grosso	1	2
Mato Grosso do Sul	1	2
Tocantins	4	9
Sudeste		
Espírito Santo	1	2
Minas Gerais	2	5
Rio de Janeiro	2	5
Sul		
Paraná	1	2
Rio Grande do Sul	1	2
Santa Catarina	5	12
Total	43	100

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Com relação à abordagem metodológica utilizada nas dissertações e teses, houve predomínio da pesquisa qualitativa (Tabela 4). Para Denzin e Lincoln (2006, p. 17), a pesquisa qualitativa consiste em “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”, portanto permite investigar aspectos do mundo examinando seus aspectos qualitativos. Na pesquisa qualitativa, busca-se entender o fenômeno em termos dos significados que as pessoas conferem a ele (DENZIN; LINCOLN, 2006).

Tabela 4 – Distribuição das dissertações e teses segundo a abordagem metodológica

Variável	n	%
Abordagem metodológica		
Qualitativa	33	79
Quantitativa	3	7
Quantitativa e qualitativa	7	14
Total	43	100

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Os aspectos pesquisados pelas pesquisas qualitativas foram a mudança na vida das mulheres após o programa; a melhoria de renda; a inserção no mercado de trabalho; a autonomia; o empoderamento; a continuidade dos estudos; a melhoria da autoestima; o combate à violência contra a mulher; as dificuldades

de aprendizado; o empreendedorismo; a melhoria dos relacionamentos interpessoais; a participação e a cidadania; as relações sociais; e a empregabilidade. Por sua vez, os aspectos avaliados nas pesquisas quantitativas foram o perfil socioeconômico das mulheres participantes do programa; a continuidade dos estudos; a empregabilidade após o programa; e o desenvolvimento de capital social.

A pesquisa qualitativa não abrange apenas uma variedade de materiais empíricos, mas, também, inclui entrevistas, história oral, grupo focal, observação e observação participante. Nas dissertações e teses analisadas, as entrevistas predominaram com 67% das dissertações e teses das pesquisas citando essa técnica, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição das dissertações e teses segundo a técnica de coleta de dados

Variável	N
Entrevista	29
Questionário	14
Grupo focal	6
Observação	2
História oral	2
Observação participante	1

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

É importante apontar que em todas as dissertações e teses, em algum momento dos trabalhos, foram utilizados documentos para embasar a revisão de bibliografia ou corroborar outras técnicas de coleta de dados.

Por sua vez, o tipo de análise de dados mais citado foi a análise de conteúdo, com 46% (Tabela 6). Para Silva e Fossá (2015), a análise de conteúdo vem sendo amplamente difundida e empregada com o objetivo de avaliar dados qualitativos, sendo Bardin (1977) a principal referência nesse campo.

Tabela 6 – Distribuição das dissertações e teses segundo a análise de dados

Variável	N
Análise de conteúdo	20
Software de análise estatística	10
Não esclarece o tipo de análise de dados	10
Análise documental	6
Outro	4
Análise do discurso	2

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

Foram citados os seguintes efeitos produzidos pelo PMM: efeitos positivos, efeitos não esperados e limitações do programa, conforme a Tabela 7.

Tabela 7 – Distribuição dos efeitos produzidos pelo PMM segundo as dissertações e teses

Efeitos positivos do PMM	Efeitos não esperados e limitações do PMM
<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à continuidade dos estudos. - Melhoria das relações interpessoais. - Desenvolvimento de atividades geradoras de renda. - Elevação da autoestima. - Combate à violência contra a mulher. - Melhoria da autoconfiança. - Reconhecimento e valorização por parte da família e dos amigos. - Reconhecimento de direitos básicos necessários ao exercício da cidadania. - Equivalência do programa com as expectativas das participantes. - Conservação da cultura, dos valores e das crenças regionais e locais. - Melhoria da renda (especialmente entre aquelas em situação de insegurança alimentar). 	<ul style="list-style-type: none"> - O oferecimento de cursos voltados para aquelas que já são marginalizadas persiste na constituição da identidade de gênero feminino no PMM. - O processo decisório para a definição dos cursos submeteu-se às interferências governamentais. - A inconstância na descentralização dos recursos financeiros pelo governo federal comprometeu a assiduidade das beneficiárias. - O distanciamento entre os objetivos propostos pelo programa, em âmbito nacional, e os resultados alcançados nos estados, principalmente no que diz respeito à inserção e/ou ao retorno das mulheres ao mercado de trabalho e à elevação da escolaridade. - A perspectiva de inclusão social vinculada ao PMM está fortemente ligada à geração de renda, ao incentivo à empregabilidade e ao empreendedorismo, bem como à assistência social, na orientação das mulheres para buscar seus direitos básicos. - A formação rápida e deficitária de mão de obra feminina atuante em diversos contextos que abarcam o precário, a informalidade, o desemprego, o flexível e o lar. - O pouco efeito sobre o empoderamento feminino. - O programa não contribuiu muito para o ingresso no mercado de trabalho, nem para a melhoria da renda, mas os conhecimentos técnicos adquiridos no curso são bem utilizados na vida doméstica. - O programa não deu condições para que as mulheres produzissem de forma competitiva. - A maioria das mulheres está desempregada após o curso ou no trabalho informal. - A influência da concepção de gênero, com a tendência de identificar com mais prevalência aquelas historicamente associadas às mulheres, ao trabalho doméstico, às relações de cuidar de pessoas, aos espaços, ao meio ambiente, etc. - O programa capacita mulheres pobres para a realização de atividades operacionais desvalorizadas socialmente e com baixa remuneração, que não exigem o desenvolvimento intelectual. Dessa forma, as mulheres pobres têm acesso, ainda que mínimo, à renda e ao consumo imediato, mas não modificam suas precárias condições de vida em longo prazo. - O programa promove e mantém a divisão sexual do trabalho. - O programa constitui-se em política focalizada com o objetivo de amenizar a pobreza e assume uma dimensão compensatória.

Fonte: dados da pesquisa, 2018.

De acordo com os resultados das dissertações e das teses, percebe-se que o Programa Mulheres Mil proporcionou a motivação para a continuidade dos estudos (RIBEIRO, 2013; OLIVEIRA, 2014;

KANAAN, 2015; TUNIN, 2015; GOIS, 2016; NASCIMENTO, 2017); a melhoria das relações interpessoais e comunitárias (GOIS, 2016; GOMES, 2015; NASCIMENTO 2017); a melhoria da autoestima e da autoconfiança (OLIVEIRA, 2013; LAGOS, 2014; AMORIM, 2015; GOMES, 2015; TELES, 2015; COUTINHO, 2015; NUNES, 2016; GOIS, 2016; ZAGO, 2016; TUNIN, 2015; RODRIGUES, 2017); a promoção do reconhecimento da cidadania (RIBEIRO, 2013; COUTINHO, 2015; TELES, 2015; GUERRA, 2016; ZAGO, 2016; ROCHA, 2017); o combate à violência (COUTINHO, 2015); a maior valorização por parte da família e amigos (TELES, 2015; ZAGO, 2016; GUERRA, 2016); o relativo empoderamento e desenvolvimento do capital social (SANTOS, 2015; BRAVIN, 2015; NUNES, 2016); e a melhoria da renda (CAMPOS, 2015; NUNES, 2016; NASCIMENTO, 2017).

Entretanto, o programa apresentou efeitos não esperados e limitações como: dificuldades de inserção ou reinserção no mercado de trabalho formal (BRAGA, 2011; OLIVEIRA, 2013, 2014; RIBEIRO, 2013; LAGOS, 2014; ALVES, 2015; ARAÚJO, 2015; GOMES, 2015; MANTOVANI, 2015; TUNIN, 2015; TUPINA, 2015; NUNES, 2016; DAMASCENO, 2017); a persistência da desigualdade sexista no âmbito privado refletiu no espaço educacional, na medida em que esses obstáculos permeiam a inserção, a permanência e o êxito escolar das mulheres participantes do programa (FERREIRA, 2017); a maioria das egressas não continuou os estudos em outras modalidades após o fim do programa (OLIVEIRA, 2013; RIBEIRO, 2013; LAGOS, 2014; MANTOVANI, 2015; TELES, 2015; SILVA, 2015; RODRIGUES, 2017); a definição dos cursos sofreu interferências governamentais (FILHO, 2016); o programa assenta-se na ideologia da empregabilidade e do empreendedorismo (PEREIRA, 2015; SILVA, 2015; ROCHA, 2017); a naturalização das diferenças de gênero e a manutenção das egressas em situações vulneráveis no que se refere ao mercado de trabalho (AZEVEDO, 2017; FERREIRA, 2017; PONCIANO, 2017); cursos historicamente associados às mulheres, ao trabalho doméstico, às relações de cuidar de pessoas, aos espaços e ao meio ambiente (FERREIRA, 2016; ROSA, 2016; ALTOÉ, 2017); mulheres inseridas em atividades diferentes da qualificação que realizaram e um impacto tímido na renda dessas mulheres, a partir dessa qualificação (NASCIMENTO, 2015); educação pobre que capacita mulheres pobres para a realização de atividades operacionais desvalorizadas socialmente e com baixa remuneração, que não exigem o desenvolvimento intelectual (PONCIANO, 2017; TRINDADE, 2017); baixa inserção social e econômica das mulheres atendidas (CARDOSO, 2015); e nenhuma alteração do Bem-Estar Subjetivo e da insegurança alimentar das participantes (CAMPOS, 2015).

De acordo com os trabalhos analisados, independentemente da região do Brasil, a política voltada para as mulheres apresentou muitas dificuldades na inserção ou reinserção das egressas no mercado trabalho formal. Nas ocasiões em que proporcionou alguma renda, foi por meio do trabalho informal, do trabalho por conta própria e dos serviços domésticos, em contextos precários e no lar. Esses resultados evidenciam que a profissionalização feminina foi gerada a partir da oferta de cursos de baixa qualidade e da falta de um diagnóstico claro de demanda.

A influência da concepção de gênero, com a tendência de identificar com mais prevalência aquelas historicamente associadas à domesticidade, é uma grande limitação do programa, haja vista que a política também tem como objetivo defender a equidade de gênero. Essa limitação decorre da manutenção, ao longo de todas as três fases do programa, da “regra de ouro” referente à metodologia de acesso, permanência e êxito, que tem como cerne que os cursos, antes de serem negociados entre ofertantes e demandantes, devem estar alinhados às demandas das realidades dessas mulheres e de seus saberes.

Constatou-se também que, enquanto no Canadá a construção do itinerário formativo do candidato possibilita, individualmente, o reconhecimento de aprendizagens informais e não formais para o seu ingresso em cursos regulares oferecidos pelas instituições de ensino canadenses, no Brasil os saberes das mulheres participantes do programas são valorizados coletivamente e definem os cursos que deverão ser oferecidos, sendo esses, muitas vezes, sem vínculos com o desenvolvimento local e com o eixo tecnológico das instituições de ensino envolvidas no programa.

Conclusões

Os resultados da metanálise demonstram que somente a partir de 2015 houve um aumento no número de teses e dissertações defendidas que abordaram os efeitos produzidos pelo Programa Mulheres Mil, sendo 70% dos trabalhos de universidades do Nordeste e do Centro-Oeste.

A maioria das pesquisas tem abordagem qualitativa, com apenas 23% dos trabalhos de natureza quantitativa, o que demonstra que as pesquisas com base de dados quantitativos poderão ter maior destaque em trabalhos futuros.

A análise de discurso também foi aplicada em apenas 4% das dissertações e teses, o que demonstra que ainda há espaço para esse tipo de análise em pesquisas que visam problematizar as desigualdades sociais expressas, constituídas e legitimadas parcialmente pelo discurso.

Com relação aos efeitos produzidos pela política pública, os resultados apontaram que apesar de proporcionar melhoria na autoestima de mulheres desfavorecidas, a metanálise evidenciou que ao utilizar a metodologia de acesso, permanência e êxito o programa produz efeitos não esperados, como a promoção e a manutenção da divisão do trabalho com base no gênero e as dificuldades de ingresso ou reinserção das mulheres egressas no mercado de trabalho formal, o que confirma a necessidade de sua reestruturação.

O Brasil não tem um bom retrospecto referente à avaliação sistemática de suas políticas públicas, sendo ela ainda incipiente e negligenciada em muitos de seus aspectos e implicações. Diante dos níveis dos gastos sociais, sabe-se pouco sobre quais são os programas efetivos e quais não são.

As universidades vêm fazendo um importante papel, avaliando inúmeras políticas, por meio de observatórios e programas de pós-graduação com foco na área de análise de políticas públicas. No entanto, essa contribuição é insuficiente para o aprimoramento das políticas públicas e para a responsabilização dos

agentes públicos. A resistência na utilização da avaliação como uma ferramenta gerencial, devido à predominância de uma cultura ainda autoritária, centralizadora e conservadora na administração pública, também inibe uma avaliação que poderia ser periódica e benéfica para a sociedade.

Portanto, acredita-se que os resultados encontrados possam contribuir para o redirecionamento do programa e também para o maior rigor na escolha e descrição da metodologia de análise dos trabalhos, pois 23% das dissertações e teses não esclareceram o tipo de análise de dados utilizada.

Referências

- ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ALTOE, André Pizetta. **O estado e a cidadania feminina: vozes das mulheres mil.** 2017. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2017.
- ALVES, Claudia Beatriz Carrião. **Programa Mulheres Mil no campus Aparecida de Goiânia do Instituto Federal de Goiás: uma possibilidade de inclusão social e acesso à educação.** 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.
- AMORIM, Janaina Miranda Muradas. **Mulher e o mundo do trabalho: histórias de vida de estudantes no Programa Nacional Mulheres Mil – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.
- ARAÚJO, Suede Mayne Pereira. **Mulheres em situação de fragilidade social e o Programa Mulheres Mil: o papel das políticas na perspectiva de emancipação para o trabalho.** 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.
- AZEVEDO, Abraão Neiver de Miranda. **Divisão sexual do trabalho e questão regional: trajetória das desigualdades e suas relações.** 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís do Maranhão, 2017.
- BARDIN L. **L'Analyse de contenu.** Editora: Presses Universitaires de France, 1977.
- BARSTED, Leila de Andrade Linhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Rev. Estud. Fem**, ano 2, 2º semestre de 1994.
- BRAGA, Ana Carolina Falcão. **“Projeto Mulheres Mil e gênero”: comercialização das pequenas produções das mulheres no setor Santa Bárbara em Palmas – TO.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. Brasília: [s.n.], 2011.

_____. **Portaria nº 1015**, de 21 de julho de 2011. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 22 de julho de 2011.

_____. Ministério da Educação. **Programa Mulheres Mil busca assegurar presença feminina na sociedade brasileira**. Portal Brasil, Brasília, abr. 2012. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/04/presidenta-afirma-que-programa-mulheres-mil-e-estrategico-para-o-pais>. Acesso em 12 jan. 2018.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.

_____. **Ofício circular nº 51**, de 10 de julho de 2013. Brasília, 2013.

_____. Ministério do trabalho e emprego. Ministério da educação. **Rede nacional de certificação profissional: documento orientador**. Brasília: [s.n.], 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Pronatec Brasil sem miséria**. Mulheres Mil. Brasília: [s.n.], 2014.

_____. Ministério da Educação. **Mulheres Mil oferece 100 mil oportunidades de capacitação**. Portal Brasil, Brasília, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRAVIN, Sullien Miranda Ribeiro. **A contribuição do Programa Mulheres Mil para a formação de capital social**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade do Contestado, Canoinhas, 2015.

CAMPOS, Jussara Maysa Silva. **Qualificação profissional de mulheres e a segurança alimentar e nutricional**. 2015. Tese (Doutorado em Nutrição Humana) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CARDOSO, Geocivany Lima. **Políticas públicas de apoio à inclusão socioeconômica de mulheres em situação de vulnerabilidade: a visão dos gestores sobre o Programa Nacional Mulheres Mil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

CARPENEDO, Manoela. **Quando a resistência se torna política pública**. Analisando a produção de subjetividade (s) nas políticas públicas de equidade de gênero no campo do trabalho. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 3-4, p. 185-197, jul./dez. 2003.

COUTINHO, Jordânia Medeiros. **As trilhas do empoderamento feminino no Ibaiano-campus Uruçuca**. 2015. Dissertação (Mestrado em estudos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2015.

DAMASCENO, Patrícia. **O Programa Mulheres Mil pela via trabalho e educação: uma experiência desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão**. 2017.

Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

DENZIN, Nornan K.; LINCOLN, Yvonna S. A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: _____. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2006, p. 15-41.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 12, n. 1, abr. 2004.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política de avaliação de políticas públicas. **RBCS**, Campinas, v.20, n.59, p. 13-36, outubro. 2005.

FERREIRA, Kelly Cristine. **Identidade de gênero feminino no Programa Mulheres Mil: verdades, poder e subjetivação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

FERREIRA, Maria José de Resende. **Interdições e resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2017.

FERREIRA, Silverli Márcia. **“MULHERES MIL” como Política Pública De Inclusão Social: Uma Análise Do Empoderamento Feminino**. 2016, undefined f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

FILHO, Ari de Araújo Vilar de Melo. **Avaliação da implementação do programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego Pronatec Mulheres Mil: um estudo de caso**. 2016, undefined f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) - Universidade Federal Do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

GOIS, Evelin Lorena Paixão de. **Programa Mulheres Mil: interfaces de gênero na capacitação de mulheres para o mercado de trabalho em Palmas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2016.

GOMES, Crisoneia Nonata de Brito. **Programa Mulheres Mil: uma oportunidade de reinserção social cidadã às reeducandas da penitenciária feminina do Distrito Federal**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GUERRA, Suzana Curi. **Relevância do Programa Mulheres Mil para o capital social das participantes**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Retrato das desigualdades de gênero e raça - 1995 a 2015**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

KANAAN, Hanen Sarkis. **“Quando eu Saí de Casa” – Inventário das Políticas Públicas e Práticas Educativas Emancipatórias do Programa Mulheres Mil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade da Região de Joinville, Santa Catarina, 2015.

LAGOS, Márcia Beraldo. **Palmas para Mulheres Mil" em comunidades quilombolas: a participação do IFPR - Campus Palmas no Programa Nacional de Inclusão Social**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2014.

LINDBLOM, Charles E. The Science of muddling through. **Public Administration Review**, v. 19, n. 2, p. 79-88, 1959.

- MANTOVANI, Talita Rafaela D. Agostini. **A política de formação profissional no Programa Mulheres Mil: uma análise da experiência desenvolvida no Instituto Federal do Paraná.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2015.
- MORRISSEY, Mary. et al. **Achieving our potential: an action plan for Prior learning Assessment and Recognition (PLAR) in Canada.** Halifax: Pla Centre, 2008.
- NASCIMENTO, Virgínio do Gutemberg. **Programa mulheres mil: um estudo de caso no IFPE – campus Ipojuca.** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em gestão do desenvolvimento local sustentável) - Universidade de Pernambuco, Recife, 2017.
- NASCIMENTO, Sara Diniz. **Geração de renda para as mulheres: uma avaliação de impactos do Programa Mulheres Mil na ótica das egressas em São Luís/MA.** 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.
- NUNES, Widglan Barbosa de Sousa. **Capital social e o programa mulheres mil no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão / campus Imperatriz.** 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em gestão e desenvolvimento regional) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2016.
- OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Silva Moreira. **Programa Mulheres Mil no Instituto Federal de Sergipe: interfaces com a educação e o trabalho.** 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Fundação Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.
- OLIVEIRA, Silvelena Alves de Araújo. **Mulheres, conquistando espaços dentro do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – campus Iguatu.** 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em TEOLOGIA Instituição de Ensino) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2014.
- OLIVEIRA, Lilian Ribeiro de; PASSADOR, Claudia Souza. Ensaio teórico sobre as avaliações de políticas públicas. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 324-337, jun. 2019.
- PEREIRA, Juliana de Souza Augustin. **Programa Mulheres Mil: uma análise no campo das políticas de inclusão do IFSC.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.
- PONCIANO, Roberta Rodrigues. **O mundo do trabalho e a qualificação profissional [manuscrito]: análise das egressas do Programa Mulheres Mil, do Instituto Federal de Goiás (IFG) - Campus Itumbiara.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.
- RAMOS, Marília Patta; SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-1294, set/out. 2012.
- RIBEIRO, Letícia Érica Gonçalves. **A qualificação profissional e cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia.** 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- ROCHA, Rita de Cássia. **O Programa Nacional Mulheres Mil no contexto das políticas públicas de educação profissional no Brasil.** 2017, undefined f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Instituto Federal De Educação Ciência E Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

RODRIGUES, Sílvia Helena Oliveira. **A inserção das mulheres participantes do Programa Mulheres Mil (PMM) do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) - campus Fortaleza - no mercado de trabalho.** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Teologia) - Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2017.

ROSA, Stela Márcia Moreira. **Reconhecimento de saberes no Programa Mulheres Mil: entre a colonialidade do poder e de gênero.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SANTOS, Maura Aparecida de Paula. **Programa Mulheres Mil e o desenvolvimento comunitário: um estudo sob a ótica da tecnologia social.** 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Comunitário), Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2015.

SCRIVEN, Michael. The methodology of evaluation. In: TYLER; R.; GANGE, R.; SCRIVEN, M. **Perspectives of curriculum evaluation.** Washington, D. C.: American Research Association, 1967.
SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n° 2, p. 72-81, 2000.
SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista eletrônica**, v. 17, n° 1, p.1-14, 2015.

SILVA, Tássia Mendes E. **A educação profissional e a política pública Mulheres Mil: a implementação no âmbito do IFMA em São Luís.** 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

TELES, Fabiene Brito Mendes. **Programa Mulheres Mil: um olhar sobre a inserção das egressas no mundo do trabalho.** 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

TRINDADE, Fernanda de Magalhaes. **As significações do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e do Programa Mulheres Mil: educação profissional para mulheres pobres.** 2017. Tese (Doutorado Educação nas Ciências) - Univ. Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2017.

TUNIN, Andrea Simoni Manarin. **A Escola e sua vertente social: uma análise do Programa Mulheres Mil enquanto política de inclusão nos Institutos Federais de Educação.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.

TUPINA, Érica Souza. **Políticas públicas para mulheres de baixa renda no Brasil: estudo de caso sobre o programa Mulheres Mil no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – campus Pirapora.** 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

WEISS, Carol. H. Have we learned anything new about the use of evaluation? **American journal of evaluation**, v. 19, n. 1, p. 21-33, 1998.

WORTHEN, Blaine R.; SANDES, James. R.; FITZPATRICK, Jody. L. **Program evaluation: alternative approaches and practical guidelines.** 2nd ed. New York: Addison Wesley Longman, 1997.

ZAGO, Rachel Comachio. **Inovação social: estudo do Programa Mulheres Mil.** 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2016.